

# O MUNDO DO TRABALHO COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

## THE WORLD OF WORK AS A LEARNING SPACE FOR SECONDARY EDUCATION INTEGRATED WITH VOCATIONAL EDUCATION

Josimar de Aparecido Vieira 1  
Marilandi Maria Mascarello Vieira 2  
Ana Sara Castaman 3  
Márcia Amaral Corrêa Ughini Villarroel 4

Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da área de Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - Campus Sertão e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Tem experiência na área de educação, com ênfase em organização do ensino, formação de professores, educação profissional, educação superior e educação do campo.  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0521946218695103>.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3156-8590>.  
E-mail: [josimar.vieira@sertao.ifrs.edu.br](mailto:josimar.vieira@sertao.ifrs.edu.br)

Doutora em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Professora aposentada do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - Campus Sertão e professora do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Tem experiência na área de educação, com ênfase em educação profissional, formação de professores e políticas da educação.  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3727231433150326>.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5531-9946>.  
E-mail: [mariland@unochapeco.edu.br](mailto:mariland@unochapeco.edu.br)

Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da área de Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - Campus Sertão e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Tem experiência na área de educação, com ênfase em teorias da aprendizagem, formação de professores e educação profissional.  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0260327866661542>.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5285-0694>.  
E-mail: [ana.castaman@sertao.ifrs.edu.br](mailto:ana.castaman@sertao.ifrs.edu.br)

Doutora em Psicologia e Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da área de Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - Campus Sertão e professora permanente do Programa de Mestrado Profissional em Informática na Educação do IFRS - Campus Porto Alegre. Tem experiência na área de educação com ênfase em práticas de negociação, solução de problemas e resolução de conflitos, psicopedagógica institucional, autorregulação da aprendizagem e formação de professores.  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1829206582305258>.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6676-3698>.  
E-mail: [marcia.correa@sertao.ifrs.edu.br](mailto:marcia.correa@sertao.ifrs.edu.br)

**Resumo:** Este estudo trata do ensino médio integrado à educação profissional (EMIEP) e analisa as novas bases do mundo do trabalho (MT) enquanto espaço de aprendizagem, apontando perspectivas para esta etapa e forma de ensino. Constituído numa perspectiva qualitativa e dialética, foi produzido por meio de pesquisa bibliográfica em obras dos autores: Antunes (1999), Behring (2003), Behring e Boschetti (2008), Boneto e Piñero (2000), Borges (2010), Candau (2011), Ciavatta (2008, 2006), Frigotto, Ramos e Ciavatta (2005), Gomes (2003), Harvey (2000), Kuenzer (2004, 2005), Oliveira e Messaro (2014), Pochmann (2004), Ramos (2003, 2006, 2008), Rays (1996), Saviani (2007), Vieira, Vieira e Belucar (2018) entre outros. Como organização, apresenta novas bases do MT na atualidade e perspectivas para o EMIEP. Esses pontos indicam que tomar o MT como campo de aprendizagem do EMIEP permite que o estudante (re)descubra a concepção de realidade como totalidade, aprenda o conhecimento em movimento e perceba que as relações educação-sociedade não ocorrem sem conflitos e contradições.

**Palavras-chave:** Mundo do Trabalho. Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. Processo Ensino-Aprendizagem.

**Abstract:** This study deals with secondary education integrated with vocational education (EMIEP) and analyses the new foundations of the world of work (MT) as a learning space, pointing out perspectives for this stage and form of teaching. Constituted in a qualitative and dialectic perspective, it was produced by means of bibliographical research in the authors' works: Antunes (1999), Behring (2003), Behring and Boschetti (2008), Boneto and Piñero (2000), Borges (2010), Candau (2011), Ciavatta (2008, 2006), Frigotto, Ramos and Ciavatta (2005), Gomes (2003), Harvey (2000), Kuenzer (2004, 2005), Oliveira and Messaro (2014), Pochmann (2004), Ramos (2003, 2006, 2008), Rays (1996), Saviani (2007) among others. As an organization, it presents new MT bases and perspectives for EMIEP. These points indicate that taking MT as a field of learning for EMIEP allows the student to (re)discover the conception of reality as a whole, learn knowledge in movement and realize that the education-society relationships do not occur without conflicts and contradictions.

**Keywords:** World of Work. High School Integrated to Professional Education. Teaching and Learning Process.

## Introdução

A relação ensino médio integrado à educação profissional (EMIEP) e mundo do trabalho (MT) remete a necessidade de aprofundamento sobre a categoria “formação humana” como sendo o processo de desenvolvimento humano que visa atuar sobre os espaços de produção e de sociabilidade. No livro *Ideologia Alemã* de Marx e Engels (2005), a formação humana é compreendida como o processo de tornar-se homem por meio do trabalho. Tal afirmação se fundamenta em pressupostos sendo um deles a existência humana, ou seja, o homem deve estar vivo. O homem produz sua condição material na medida em que por diversas contingências (climáticos, físicos, geográficos) obriga-se a produzir sua existência e, assim, produzir história. Todos os homens devem estar em condições de viver para poder fazer história.

Ao satisfazer uma exigência, via trabalho, por conseguinte outras necessidades se criam, recriam e se transformam. O intenso avanço tecnológico, a escassez de recursos produtivos e de mão de obra qualificada, o diferenciado perfil do consumidor e tantos outros fatores de cunho social, econômico e cultural têm levado as organizações a uma acalorada competitividade entre si, que são passadas às pessoas que buscam ingressar e se manter no MT, por meio das exigências de qualificação profissional.

Nesta direção, Ciavatta (2008) destaca que o EMIEP é visto como uma resposta estratégica, embora polêmica e controversa em relação aos problemas que são produzidos pela globalização econômica, pela reestruturação produtiva, pela busca da qualidade e da competitividade e pelas transformações do MT decorrentes das novas tecnologias que estão causando desemprego estrutural.

A constituição da proposição EMIEP ganhou corpo com a Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e solidificou-se com a publicação do Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004. A partir deste Decreto, a educação profissional passou a ser desenvolvida nas formas:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;

III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio (BRASIL, 2004, Art. 4º § 1º, itens I; II; III).

O Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004 manteve as possibilidades de oferecimento de cursos técnicos nas modalidades concomitante e subsequente prescritos pelo anterior Decreto nº 2.208/1997 e trouxe de volta a possibilidade de integrar o EMIEP. A educação profissional de nível médio no Brasil hoje é regulada pelo Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004; regulamenta o § 2º do art.36 e os arts. 39 a 41 1 da LDB. O decreto traz princípios e diretrizes do EMIEP num esforço de alguns reformistas para vencer a clássica dicotomia entre conhecimentos específicos e gerais, entre EMIEP, pleiteando a integração da formação básica e profissional de forma orgânica num mesmo currículo.

O EMIEP deve articular políticas de desenvolvimento econômico local, regional e nacional, bem como às políticas de emprego e renda, ou seja, um projeto que, para obter êxito, precisa estar imbricado na sociedade, bem como associado às demais políticas públicas comprometidas em superar os processos de exclusão que relegaram o trabalhador “[...] às atividades precarizadas, ao subemprego, ao desemprego, à perda dos vínculos comunitários e da própria identidade” (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 85).

Diante desses desafios, Frigotto e Ciavatta (2004) salientam que as instituições de ensino não podem se voltar apenas para funções atreladas ao produtivismo dos mercados de trabalho, mas sim em função da formação de homens e mulheres para a cidadania. A partir deste argumento dos autores supracitados e observando o contexto anteriormente explicitado, denota-se que o EMIEP deve promover uma qualificação abrangente, apropriada para um tempo em que a formação do sujeito deve contemplar sentidos críticos, com um apelo sobre as competências técnicas próprias da especialidade profissional construída em bases críticas, de responsabilidade social, capacidade de reação e interação com diferentes grupos, pessoas/ sujeitos e realidades.

No bojo dessas adversidades está o estudante que frequenta o ensino médio e a formação técnica de forma integrada. Na organização desta forma de ensino, a lida com o conhecimento parece se constituir a categoria mais enfatizada. O empenho em formar sujeitos/profissionais autônomos, capazes de intervir nas complexas relações do MT atual, constitui-se numa das principais responsabilidades contemporâneas dessa forma de ensino. Tal educação requer não apenas uma formação que articule a competência científica e técnica com a inserção política e a postura ética, mas também a capacidade de produzir e aplicar os conhecimentos técnicos e científicos, por meio de critérios de relevância social e ética.

Ao tratar do lugar do EMIEP que deve ser construído nas instituições de ensino, Ramos (2008, p. 03) destaca que uma educação dessa natureza “[...] pressupõe que todos tenham acesso aos conhecimentos, à cultura e às mediações necessárias para trabalhar e para produzir a existência e a riqueza social”. Em vista disso, faz-se necessário ressignificar a educação profissional existente e com ela o EMIEP.

Diante desses propósitos está situado o tema desse estudo, que, partindo da existência do EMIEP, tem a finalidade de alargar o debate sobre esta forma de ensino, analisando sua relação com o MT, visto como campo de aprendizagem. Buscou-se explicitar a seguinte indagação: Considerando as novas bases do MT como espaço de aprendizagem para o EMIEP, que novas perspectivas podem ser estabelecidos para este nível e forma de ensino?

Deste modo, este estudo se caracteriza como pesquisa exploratória e descritiva e foi desenvolvido seguindo abordagem que se assenta predominantemente numa perspectiva qualitativa e dialética, seguindo os movimentos e contradições próprios dos espaços educativos. Segue orientação naquilo que Minayo (2002) salienta, ou seja, a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Contou com pesquisa bibliográfica que fundamenta e orienta o trabalho, realizada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet com incidência em obras de autores como Antunes (1999), Aranha (2006), Behring (2003), Behring e Boschetti (2008), Boneto e Piñero (2000), Borges (2010), Candau (2011), Candau e Lelis (1995), Ciavatta (2008, 2006), Frigotto e Ciavatta (2004), Frigotto, Ramos e Ciavatta (2005), Gomes (2003), Gramsci (1989),

Harvey (2000), Kuenzer (2004, 2005), Oliveira e Messaro (2014), Oliveira e Moreira (2010), Pochmann (2004), Ramos (2003, 2006, 2008), Rays (1996), Saviani (2007), Toniazzi (2009), Vieira, Vieira e Belucar (2018) entre outros, que tratam da temática, constituindo-se, portanto, num estudo do tipo bibliográfico.

Diante dessas considerações, está constituído o teor deste ensaio que se adensa no processo ensino-aprendizagem do EMIEP, visto na atualidade como uma temática recorrente, afetando principalmente os diferentes cursos oferecidos pelas instituições de ensino. Várias discussões e debates têm sido realizados procurando encontrar “saídas” para a materialização do ensino integrado, tornando este propósito extensivo. Com isso, a estruturação deste artigo se concentrou na compreensão do MT como espaço de aprendizagem. Buscou não apenas conhecer as novas bases do MT como também examinar novas perspectivas para o EMIEP diante deste “novo” contexto. Está organizado em duas seções: inicia apontando as novas bases do MT e na segunda seção é tomada essas bases como espaço de aprendizagem e são apresentadas as novas perspectivas do EMIEP. Por fim são discorridas as considerações finais desse estudo.

### **Novas bases do mundo do trabalho**

A terminologia “mundo do trabalho” encontra-se presente hoje na literatura acadêmica, em publicações de vários pesquisadores/autores, em substituição ao conceito de mercado de trabalho. Sua adoção tem o propósito de substituir o conceito de mercado de trabalho visto como algo mais restrito e direcionado a atender às demandas do capitalismo, onde existe a negociação direta da força de trabalho em segmentos específicos dos setores produtivos. Por MT compreende-se algo mais amplo, abrangente, que abrange toda forma de exploração trabalhista, seja trabalho socialmente protegido, informal, temporário, trabalho autônomo, etc.

Para Figaro (2008),

O mundo do trabalho é uma categoria ampla, difusa e complexa, característica e fundamento da sociedade, pois lugar privilegiado que abriga grande parte da atividade humana. Ele é uma categorização ampla, porque possibilita congregar conceitos como trabalho, relações de trabalho, vínculo empregatício, mercado de trabalho, salário, tecnologia, troca, lucro, capital, organizações, controle, poder, sociabilidades, cultura, relações de comunicação (FIGARO, 2008, p. 93).

Nesta direção, para analisar o MT é necessário falar da sua relação com a sociedade. É na inter-relação - trabalho e sociedade, MT e relações sociais - que devem ser analisadas as transformações que vêm se processando nesse conjunto de situações. Evidentemente, examinar o MT é examinar uma dinâmica própria, sem esquecer, entretanto, das mutações que ocorrem na sociedade e no mundo internacional como um todo.

Mantendo proximidade com a realidade, constata-se que o contexto do MT que se apresenta na atualidade se sintetiza pela totalidade de acontecimentos concomitantes que se assenta, substancialmente, nas alterações do modo de produção capitalista, indicando análises diversas e permutáveis no que se atribuem aos processos produtivos.

Nos anos 80, países de capitalismo desenvolvido vivenciaram intensas e expressivas mudanças nas relações de trabalho em suas diferentes formas, ou seja, mutações da estrutura produtiva, das formas de representação sindical, política e/ou tecnológica. Essas transformações foram tão acentuadas que geraram profunda crise das relações de produção que atingiu (e continua atingindo) duramente a classe trabalhadora, afetando profundamente as formas de existência humana. Para Lukács, citado por Antunes (1999, p. 193) “[...] ao mesmo tempo em que o desenvolvimento tecnológico pode provocar diretamente um crescimento da capacidade humana, pode também nesse processo, sacrificar os indivíduos (e até mesmo classes inteiras)”.

No Brasil, este cenário está gerando desemprego, atingindo fortemente o contexto sociopolítico e econômico, repercutindo desfavoravelmente nas condições de vida dos trabalhadores que dependem do universo fabril. Essas transformações estão provocando consequências para o MT, ou seja, o ser humano, aos poucos, está sendo substituído por máquinas sofisticadas, tornando-se num acessório do processo produtivo.

Na década de noventa este processo se aprofunda ainda mais, configurando-se como um período de reversão na trajetória geral das ocupações, ou seja, uma progressiva desestruturação das relações de trabalho. A taxa de desemprego subiu consideravelmente caracterizando uma realidade do MT que perpassa até os dias atuais. Cresce acentuadamente o chamado trabalho informal, precário, subcontratado, temporal, terceirizado, dentre outras formas de subempregos.

Para Antunes (1999),

A partir de 1990, com a ascensão de Fernando Collor e depois com Fernando Henrique Cardoso, esse processo intensificou-se sobremaneira, com a implementação de inúmeros elementos que reproduzem, nos seus traços essenciais, o receituário neoliberal. Por isso, no estágio atual a reestruturação produtiva do capital no Brasil é mais expressiva e seus impactos recentes são mais significativos. Combinam-se processos de *downsizing* das empresas, um enorme enxugamento e aumento das formas de superexploração da força de trabalho, verificando-se também mutações no processo tecnológico e informacional. A flexibilização, a desregulamentação e as novas formas de gestão produtiva estão presentes em grande intensidade, indicando que o fordismo, ainda dominante, também vem se mesclando com novos processos produtivos, com as formas de acumulação flexível e vários elementos oriundos do chamado toyotismo (ANTUNES, 1999, p. 236).

Desta forma, a reestruturação da produção capitalista intensificada a partir de 1990 no país, teve na abertura comercial ao mercado externo uma das razões para se desenvolver. Essa abertura exigia produtos nacionais variados, de melhor qualidade e preços competitivos. Isso levou os setores produtivos a desenvolverem profundas transformações em seus processos produtivos e modo de gestão da força de trabalho, o que resultou, em última instância, na desarticulação da cadeia produtiva, na maior intensidade do uso da força de trabalho, na diminuição dos postos de trabalho, no aviltamento do valor de salários e no aumento da informalidade do trabalho, gerando um quadro de precarização das condições e relações de trabalho de parte expressiva da força de trabalho do país.

Contudo, esse arsenal econômico que enfrenta significativas transformações vem atingir não somente a força do trabalho, mas também, o mercado de consumidores e a todo o conjunto da sociedade. Associado às práticas econômicas implementadas e aprofundadas, surge uma política, denominada Neoliberalismo, que se caracteriza pela intervenção mínima do Estado no aspecto social, e que incentiva a privatização e a desresponsabilização do Estado com os direitos conquistados.

Neste contexto marcado pela introdução da política neoliberal, constata-se uma vasta transformação no MT, uma vez que o Estado transfere as responsabilidades para a sociedade organizada, que se encontra cada dia mais desprotegida de seus direitos, quanto o acesso e garantia. Tais mudanças aprofundam as desigualdades e ampliam o abismo que existe entre as classes. Diante do exposto, Behring (2003) destaca:

[...] com a mundialização, uma tendência à diminuição do controle democrático, com a configuração de um Estado forte

e enxuto que despreza o tipo de consenso social dos anos de crescimento, com claras tendências antidemocráticas. Nesse sentido, a hegemonia burguesa no interior do Estado afirma-se de forma contundente com o neoliberalismo, cujas políticas engendram uma concepção singular de democracia, que abandona a perspectiva do estado liberal de direito e de um tecido social mais denso e participativo [...] (BEHRING, 2003, p. 60).

Destarte, a hegemonia do neoliberalismo dos anos 1980 não apresentou respostas à crise do capitalismo vivenciada no período nem tão pouco teve condições de mudar o início de recessão e o incipiente crescimento econômico que sustentavam. Porém, o que presenciou foi que as ações efetivadas, “[...] tiveram efeitos destrutivos para a classe trabalhadora, pois provocaram aumento do desemprego, destruição de postos de trabalho não-qualificados, redução dos salários devido ao aumento da oferta de mão-de-obra e redução de gastos com as políticas sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 127).

Adentrando no século XXI, essas ações continuam marcando acentuadamente o MT tendo aumento na precarização da força de trabalho, diante das novas modalidades de empregos flexíveis que intensifica a produção em determinados momentos da produção. De modo genérico a flexibilidade no trabalho não está proporcionando benefícios aos trabalhadores, pelo contrário só vem aumentando a precarização nos postos de trabalho.

Kuenzer (2005) reconhece tal assertiva e destaca:

Como resposta às novas exigências de competitividade que marcam o mercado globalizado, exigindo cada vez mais qualidade com menor custo, a base técnica de produção fordista, vai sendo substituída por um processo de trabalho resultante de um novo paradigma tecnológico apoiado essencialmente na microeletrônica, cuja característica principal é a flexibilidade (KUENZER, 2005, p. 33).

Segundo Harvey (2000), a acumulação flexível se apoia na “[...] flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”. Caracteriza-se pelo surgimento de “[...] setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (HARVEY, 2000, p. 140).

Aliado a esta característica, o MT passa a contar de forma vertiginosa com o aprimoramento das tecnologias. Trata-se da nova fase da revolução tecnológica (caracterizada por um aumento exponencial da digitalização, da robotização e da aplicação de novas tecnologias de informação e comunicação e da inteligência artificial à indústria), a reconfiguração das cadeias produtivas a nível global e a necessidade de transitar para uma economia ambientalmente sustentável.

Essas relações de trabalho na conjuntura dos últimos anos fez surgir um processo acentuado de mão de obra excedente, que alimenta o processo de informalidade dentro das dinâmicas do MT. De acordo com Oliveira e Moreira (2010) a problemática da informalidade nas relações de trabalho mantém-se em permanente evidência no contexto brasileiro, principalmente depois de variadas alterações nas formas e intensidade com que se manifesta tal problemática.

De certa forma esta problemática da informalidade vai se acentuando cada vez mais tendo em vista que o modelo industrial, centrado nas indústrias petroquímica e automobilística, predominante na primeira metade do século XX, passa por um progressivo declínio, perdendo terreno para os setores de informática, robótica, biotecnologia, telecomunicações e outros. As atividades de maior crescimento nos dias atuais não são mais aquelas que transformam matérias-primas em produtos manufaturados, e sim aquelas que produzem serviços:

ideias, técnicas, programas e novas formas de utilização de recursos.

A informática e a robótica foram implementadas com a finalidade de substituir mão de obra por máquinas inteligentes ou robôs.

As vantagens desses últimos, para o capital, são óbvias; eles tornam-se a cada ano mais baratos e aperfeiçoados, não entram em sindicatos nem fazem greves, não tiram férias e nem pedem reajuste salarial, não sofrem de doenças causadas por esforços repetitivos e não precisam de licença maternidade ou paternidade, não pedem para ir ao colégio na reunião de pais, não precisam de horários diferenciados para frequentar a escola, não fazem “corpo mole”, nem ficam indo ao banheiro durante a jornada de trabalho e ainda podem trabalhar em ambientes insalubres (BORGES, 2010, p. 162-163).

No entendimento de Castells (1991 apud BONETTO; PIÑERO, 2000) um dos fatores mais relevantes na explicação das mudanças ocorridas no MT na atualidade é justamente o avanço tecnológico, fator que está redesenhando uma nova relação entre capital e trabalho, com claras perdas para esse último.

Para Oliveira e Massaro (2014),

[...] esse novo paradigma produtivo, imprime mudanças socioeconômicas, no sentido de maior flexibilização das formas de produção, consumo e gestão. Dessa forma, o advento dessas novas tecnologias aplicadas à produção, representa a necessidade de um novo modelo de trabalhador, que deve deter uma especialização flexível no lugar de uma ação mecânica característica do sistema Fordista de produção (OLIVEIRA; MASSARO, 2014, p. 6).

Este novo cenário imprime aos setores produtivos um modo de produzir mais mecanizado e menos intensivo em pessoal. Aos postos de trabalho que restam dessa nova estruturação, surge a demanda por um novo tipo de trabalhador, melhor formado, com visão ampla dos processos. Torna-se cada vez mais presente a produção de bens considerados intangíveis, cuja produção demanda intensivamente o intelecto, em especial no campo da tecnologia da informação (GOMES, 2003). Então o trabalhador braçal comum ao antigo paradigma produtivo está sendo substituído pelo trabalhador intelectual mais especializado, fato que encerra novas formas de exploração do trabalho humano.

O trabalhador dispensado por baixa qualificação ante as novas exigências dos setores produtivos vê-se impossibilitado de retornar ao sistema, até mesmo pela incapacidade de adequar-se, e acaba por engordar o chamado desemprego estrutural. Este desemprego é resultante do movimento de modernização das estruturas produtivas que ocorre com a mecanização e automação nos processos de produção. Postos de emprego são substituídos por máquinas modernas que são capazes de realizar o trabalho de muitas pessoas ao mesmo tempo, extinguindo definitivamente muitas vagas de emprego. As pessoas incapazes de adaptar-se a outras tarefas, frente às exigências de um trabalhador mais qualificado e multifacetado, permanecem no desemprego estrutural, muitas vezes aumentando o setor informal da economia, ocupando vagas precarizadas do subemprego.

A premissa nesse caso é de que esse movimento fará proliferar pequenas e desestruturadas organizações prestadoras, que oferecem postos de trabalho com menores benefícios, quando não precários e marginais ao aparato protetor, quando comparados a vagas oferecidas por instituições mais estruturadas. Dessa forma, o advento dessas novas tecnologias aplicadas à produção, representa a necessidade de uma nova referência de trabalhador, que deve deter

uma especialização flexível no lugar de uma ação mecânica.

Destarte, Bonetto e Piñero (2000) destacam que, tanto o advento das políticas neoliberais, quanto às novas tecnologias presentes no paradigma produtivo atual, representam a destruição e precarização de postos de trabalho, com consequentes mudanças no sistema social. Não despreza os benefícios que as novas tecnologias potencialmente poderiam gerar para as pessoas, entretanto, não se podem negar as consequências que efetivamente decorrem.

Segundo Pochmann (2004), os avanços científicos e tecnológicos estão transformando a sociedade do trabalho na sociedade do conhecimento, com valorização crescente da educação e da qualificação profissional, acarretando profundas transformações nas relações de trabalho, crescentes exigências do setor produtivo, redução da oferta de vagas e empregos formais, aumentando o desemprego e a exclusão social e propiciando a flexibilização/precarização do trabalho.

O que se coloca a partir das mudanças no MT é uma nova forma de relação entre sujeito e objeto, agora mediada pelas tecnologias da informação do que decorre a valorização da relação entre teoria e prática e a preocupação com a formação profissional. Não se trata mais de apenas fazer, mas de um fazer refletido, pensado, o que remete à ideia do movimento do pensamento que transita do mundo objetivo para a sua representação no plano da consciência; ou seja, o pensamento não é outra coisa senão uma imagem subjetiva do mundo objetivo, que se constrói a partir da atividade humana (KOPNIN, 1978).

Diante dessa realidade, o ensino e a escolaridade da mão de obra assumem um novo papel, tornando-se elementos importantes no processo de manutenção do modelo produtivo posto pelas novas bases do MT da atualidade. Na conjuntura dessa reconversão produtiva, os setores produtivos passam a exigir formação em nível superior, relegando a um segundo plano a profissionalização das pessoas em cursos de nível médio e de cursos técnicos.

Tomando o EMIEP, objeto de análise deste estudo, pode-se afirmar que as novas demandas para este nível e forma de ensino resultam da natureza das mudanças que estão ocorrendo no MT, que passam a indicar uma nova relação entre conhecimento compreendido como produto e como processo da ação humana, com o que se passa a demandar maior conhecimento teórico por parte dos trabalhadores.

As novas bases do MT vêm sugerindo inúmeras modificações nos processos educativos do EMIEP a fim de promover a formação de profissionais capacitados às novas exigências de qualificação. Dentre os impactos percebidos tem-se que a formação científica tecnológica está sendo destinada a um número cada vez mais reduzido de incluídos e, em contrapartida, uma significativa quantidade de trabalhadores estão recebendo uma formação encurtada e deverão permanecer com dificuldades para arranjar empregos.

Diante dessas considerações sobre as novas bases do MT, torna-se necessário tomar essas bases como espaço de aprendizagem e apontar novas perspectivas para o EMIEP. A seção que segue tem este propósito.

### **Novas perspectivas do ensino médio integrado à educação profissional**

Partindo-se do pressuposto que a construção do conhecimento na EP deve enfrentar o desafio de contrastar e articular os saberes produzidos pelo MT e os saberes elaborados/científicos/acadêmicos, torna-se necessário compreender que relações estão presentes nessa construção e que perspectivas são possíveis de serem traçadas.

Quando se trata do EMIEP, geralmente se pressupõe que a questão da construção do conhecimento está relacionada ao estudante e ao professor, ou seja, é necessário considerar o saber que todo estudante e professor possui como ponto de partida do processo ensino-aprendizagem.

Nesta direção, Ramos (2003, p. 111) adverte que o conhecimento é uma produção social e histórica, e propõe que uma educação profissional comprometida com a emancipação dos trabalhadores deve “[...] proporcionar a compreensão da realidade social e natural, com o fim de dominá-la e transformá-la”, assim, “[...] todos os indivíduos devem ter acesso a esses conhecimentos, como meio de compreensão da realidade o mais objetivamente possível em



cada momento histórico”.

No estudo realizado por Candau e Lelis (1995), é possível compreender esta constatação, quando propõem que a relação entre teoria e prática pode ser concebida basicamente de duas formas: visão dicotômica e visão de unidade. Tomando o tema deste estudo e o contexto do EMIEP, pode-se afirmar que no processo de construção do conhecimento é necessário concebê-lo numa forma justaposta onde a prática deve ser uma aplicação da teoria, tornando-se relevante (a prática) na medida que for fiel aos parâmetros da teoria.

Nesta mesma direção, Rays apresenta importante contribuição. Para o autor, a relação teoria-prática pode ser vista basicamente de duas formas: visão positivista e visão dialética.

[...] a unidade da teoria e da prática, [...] pode ser classificada em dois polos antagônicos: o polo simbólico e o polo concreto. O polo simbólico processa-se com base em formas político-pedagógicas (acríticas) previamente determinadas e age como se as circunstâncias histórico-sociais fossem estranhas à escola. Há uma dicotomia generalizada entre [...] o saber escolar e o saber cotidiano. [...] O polo concreto, [...] é aquele que promove a conexão teoria-prática num movimento, [...] em que as condições objetivas e subjetivas das circunstâncias histórico-sociais são consideradas na proposição e no desenvolvimento da prática pedagógica (RAYS, 1996, p. 44).

Na perspectiva de se conceber o MT como campo de aprendizagem, teoria e prática devem ser tratadas de forma associada e não dissociada no EMIEP. Porém, essa associação simbiótica muitas vezes não está presente na sala de aula, pois a realidade (MT) não condiz com o conteúdo que está sendo ensinado. Convém ainda salientar que esta inter-relação muitas vezes não se concretiza pelo fato dos professores não desenvolverem alternativas pedagógicas diferenciadas, bem como não se manterem atualizados com frequência. Para isso, Vieira, Vieira e Belucar (2018, p. 106) destacam que “Essa situação requer do professor uma atitude de busca de aperfeiçoamento ao longo de todo o exercício profissional, quer para domínio e atualização na área específica, quer em relação à formação para a construção dos saberes docentes”.

No entendimento de Kuenzer (2005)

[...] A reconstrução da fragmentação do trabalho pedagógico, seja através do trabalho pedagógico, seja através do chamado “paradigma” da transdisciplinaridade, ou na tentativa de articular teoria e prática ou através da intenção de conferir unidade ao trabalho pedagógico de modo a superar a formação dos especialistas, embora seja uma aproximação positiva, não supera a fragmentação inerente à função da escola no capitalismo, uma vez que se constitui em mecanismo interno às práticas educativas, e portanto insuficiente para transformar o modo de produção capitalista, este sim, origem da divisão (KUENZER, 2004, p. 6).

Para Candau (2011), esta unidade pode ser assegurada pela relação simultânea e recíproca, de autonomia e dependência de uma em relação com a outra. No EMIEP, a visão de unidade da teoria e a realidade do MT deve ser vista como indispensável, tendo em vista que neste nível e forma de ensino é necessário o “saber fazer” (adquirido com a prática), o “porquê fazer” e “quando fazer” (adquirido com a teoria).

Por meio desta interação, professores e estudantes poderão criar, questionar, intervir e transformar o MT. Num processo de análise das teorias relacionadas com as práticas existentes, o sujeito estimulará suas capacidades e saberá desenvolver determinada atividade com

habilidade. Para isso, o professor precisa “[...] rever e conhecer situações e problemas que originaram os conhecimentos, suas transformações na história, para que possa visualizar atitudes na qual o aprendiz veja sentido em relação ao conteúdo e provoque nele o desejo de aprender” (TONIAZZO, 2009, p. 72).

Nesta direção, considerar o MT como dimensão basilar na formação humana integral, consiste em um importante passo para que a formação profissional proporcione conhecimentos técnicos e teóricos, que junto com a análise crítica da realidade, desenvolvem a problematização das relações sociais, políticas e econômicas em que o sujeito trabalhador está inserido, preparando-o para além da ação do fazer profissional, como também uma maior compreensão e transformação das relações no MT.

Na atualidade, professores e estudantes do EMIEP tem diante de si a introdução das tecnologias microeletrônicas e as novas formas de gestão e organização do trabalho, o MT exigindo um novo perfil de trabalhador com formação multirreferencial, articulando o conhecimento científico e o saber fazer, sendo ao mesmo tempo capaz de atuar praticamente e trabalhar intelectualmente, dominando ao mesmo tempo as tarefas específicas, as formas de organização e gestão do trabalho e compreendendo as relações sociais mais amplas que constituem a sociedade, onde exerce as funções de produtor e de cidadão.

Conforme Saviani (2007), o trabalho e a educação são atividades exclusivamente humanas. É no trabalho que o homem se constitui, pois o ato de produzir é ao mesmo tempo a formação, ou seja, um processo educativo. É nesse processo de produção da própria existência que o homem educa as futuras gerações, num processo histórico-dialético. Para existir o homem precisa produzir, adaptando a natureza e transformando-a para sua própria subsistência.

Considerar o MT como espaço de aprendizagem no EMIEP consiste em uma posição política que assume a finalidade educacional da formação humana integral, que se encontra subjacente na defesa de uma sociedade igualitária, de valorização dos que pensam e dos que fazem. Uma formação crítica, de análise da relação entre educação e sociedade e de evidências das propostas educativas dicotômicas, que estão a serviço da continuidade das divisões de classes sociais. Uma realidade de formação de sujeitos presentes na educação que requer atenção, pois como afirma Aranha (2006, p. 32) “[...] a educação não pode ser compreendida fora de um contexto histórico-social concreto”.

O EMIEP assim concebido tem como finalidade a formação integral dos cidadãos aptos a uma efetiva participação social, política, econômica e cultural o que inclui o ingresso no MT, associando assim, o direito à educação ao direito ao trabalho. Não deve apenas procurar atender às necessidades do mercado, mas sim formar para o MT, para o exercício da cidadania e, se possível, das profissões. O EMIEP deve também preparar os estudantes para enfrentar as constantes transformações impostas pelos avanços tecnológicos que tornam certos conhecimentos obsoletos em um curto espaço de tempo. Deverá ainda se voltar para “[...] o domínio dos conhecimentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno” (SAVIANI (apud FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 42), ou seja, um EMIEP que garanta a integralidade da educação básica, contemplando o aprofundamento dos conhecimentos científicos produzidos e acumulados historicamente pela sociedade, como também objetivos adicionais da formação profissional numa perspectiva da integração dessas dimensões.

### **Considerações Finais**

Pelas posições explicitadas neste estudo e, levando em conta as novas bases do MT como espaço de aprendizagem para o EMIEP, é importante ainda reafirmar, como síntese, ainda que provisória, alguns pontos fundamentais que servem como indicadores para novas perspectivas que se estabelecem para este nível e forma de ensino.

O EMIEP tem a finalidade de formar profissionais capacitados para ingressar no MT, mas além disso é necessário ter a preocupação em formar sujeitos críticos e capazes de decidir quais caminhos quer seguir, ou seja, ter autonomia.

Os estudantes que procuram o EMIEP buscam obter uma profissão e uma ocupação

profissional e apostam nessa forma de educação como uma oportunidade para obter uma ocupação profissional, pois, mesmo não tendo poder, por si só, para gerar emprego, inserindo os profissionais formados no MT da atualidade.

Não obstante a esta finalidade mais imediata, tomar o MT como espaço de aprendizagem do EMIEP, pode contribuir para que o estudante (re)descubra a concepção de realidade como totalidade, aprenda o conhecimento em movimento, perceba criticamente que as relações educação-sociedade, conteúdo-forma, teoria-prática não ocorrem de forma linear, sem conflitos e contradições. O estudante do EMIEP (futuro profissional) que souber dialogar com as novas bases do MT de modo crítico/reflexivo e criativo e tiver capacidade de inovar/mudar, compreenderá melhor o contexto social e saberá responder às novas exigências que este mundo apresenta na atualidade.

Destarte, é bom lembrar que tanto o advento das políticas neoliberais, quanto as novas tecnologias presentes no paradigma produtivo atual, representam a destruição e precarização de postos de trabalho, com consequentes mudanças no sistema social. Não se pode desprezar os benefícios que as novas tecnologias potencialmente podem gerar para a humanidade, entretanto, não se pode negar as consequências que efetivamente decorrem.

Essas perspectivas consideram que a formação profissional não pode ser pensada fora da história das relações sociais e das transformações operadas pelo trabalho organizado socialmente, como apontou Gramsci (1989), pois essa formação perpassa pela compreensão da educação e do trabalho como direitos sociais.

Finalmente, tomando a temática deste estudo, chega-se à síntese de que é necessário estabelecer diálogo permanente entre os conhecimentos que circulam no EMIEP, ou seja, formação integral do ser humano alinhado a uma profissionalização e às bases atuais do MT. Para isso, a educação geral deve se tornar parte inseparável da educação profissional (CIAVATTA, 2005) e isso requer o desenvolvimento de todas as potencialidades humanas - apropriação e mobilização em benefício da sociedade - dirigentes de si próprios, como seres sociais e sujeitos coletivos (RAMOS, 2006). Essas orientações podem tornar o processo ensino-aprendizagem mais sólido e consequentemente a formação dos estudantes mais consistente, contribuindo com a construção do EMIEP antenado com o MT.

Dada a importância do tema, espera-se que o presente trabalho, por suas limitações, estimule novas investigações, dando continuidade ao presente estudo, que pode incluir investigação com egressos de cursos deste nível e modalidade de ensino, abordando-se seus posicionamentos diante da formação que obtiveram enquanto estudantes e o impacto da sua formação profissional integrada na sociedade em que estão envolvidos na atualidade.

## Referências

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ARANHA, M. L. A. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Moderna, 2006.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_; BOSCHETTI, I. **Política social**: fundamentos e história. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BONETTO, M. S.; PIÑERO, M. T. Las transformaciones em el mundo del trabajo: la reconfiguración del sujeto trabajador. **Revista Crítica Jurídica**, Córdoba, n.17, ago. 2000.

BORGES, L. Mudanças no mundo trabalho, mudanças na educação. **Revista Contemporânea da Educação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 156-176, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1607>. Acesso em: 05 maio 2020.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jul. 2004. Seção 1, p. 18. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2004/decreto-5154-23-julho-2004-533121-publicacaooriginal-16200-pe.html>. Acesso em: 20 jan. 2019.

CANAU, V. M. **Rumo a uma nova didática**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_; M.; LELIS, I. A. A relação teoria-prática na formação do educador. In: CANAU, Vera Maria. **Rumo a uma nova didática**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 49-63.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS (orgs). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. Formação profissional para o trabalho incerto: um estudo comparativo in: FRIGOTTO, G. (org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 100-137.

FIGARO, R. O mundo do trabalho e as organizações: abordagens discursivas de diferentes significados. **Organicom**, São Paulo, n. 9, p. 90-100, 2º sem. 2008. Disponível em: [http://www.eca.usp.br/departam/crp/cursos/posgrad/gestcorp/organicom/re\\_vista9/90.pdf](http://www.eca.usp.br/departam/crp/cursos/posgrad/gestcorp/organicom/re_vista9/90.pdf). Acesso em: 05 maio 2020.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. **Ensino médio: ciência, cultura e trabalho**, Brasília: MEC/SEMTEC, 2004.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

GOMES, D. G. P. Princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e a flexibilização da legislação trabalhista. **Revista de Direito Constitucional e Internacional**, São Paulo, p. 92-143, jul/set. 2003.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. 9. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

KOPNIN, P. V. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Civilização, 1978.

KUENZER, A. Z. As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão. In: FERREIRA, N. S. C. (Org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios para a gestão**. 5. ed. São Paulo: 2005, p.33-57.

\_\_\_\_\_. **Exclusão incluyente e inclusão excluyente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho**. Disponível em: [http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem\\_pedagogica/fev\\_2009/exclusao\\_includente\\_acacia\\_kuenzer.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2009/exclusao_includente_acacia_kuenzer.pdf). Acesso em: 30 abr. 2020.

OLIVEIRA, L. J.; MASSARO, M. L. As mudanças contemporâneas no mundo do trabalho e o princípio da valorização do trabalho humano. **Scientia Iuris**, Londrina, v. 18, n. 2, p. 189-209, dez. 2014.

OLIVEIRA, R. V.; MOREIRA, E. M. **Introdução**: sentidos da globalização, um desafio ao pensamento sociológico. João Pessoa: UFPB, 2010.

POCHMANN, M. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Tradução Frank Muller. 3.ed. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

RAMOS, M. N. É possível uma pedagogia das competências contrahegemônica?: relações entre pedagogia das competências, construtivismo e neopragmatismo. **Trab. educ. saúde** [online]. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 93-114, mar. 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-77462003000100008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462003000100008&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 09 set. 2019.

\_\_\_\_\_. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. 2008. Disponível em: <https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. **A pedagogia das competências**: Autonomia ou adaptação? 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006

RAYS, O. A. A relação teoria-prática na didática escolar. In: VEIGA, I. P. A. (org.). **Didática**: o ensino e suas relações. Campinas (SP): Papirus, 1996, p. 33-52.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 12, n. 34, p. 152-165, jan./abr., 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2018.

TONIAZZO, N. A. **Didática**: a teoria e a prática na educação. Disponível em: [http://www.famper.com.br/download/pdf/neoremi\\_06.pdf](http://www.famper.com.br/download/pdf/neoremi_06.pdf). Acesso em: 09 set 2019.

VIEIRA, J. A; VIEIRA, M. M. M; BELUCAR, M. C. A. Formação continuada de professores da educação profissional: particularidades e ações necessárias. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, Mossoró, v. 4, n. 10, pp. 100-117, 2018. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/RECEI/article/view/2518>. Acesso em: 04 abr. 2020.

Recebido em 06 de maio de 2020.  
Aceito em 19 de maio de 2021.